



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 11 – Nº 03

Março de 2010

(Disponível em: <http://www.assessoriaopt.org/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

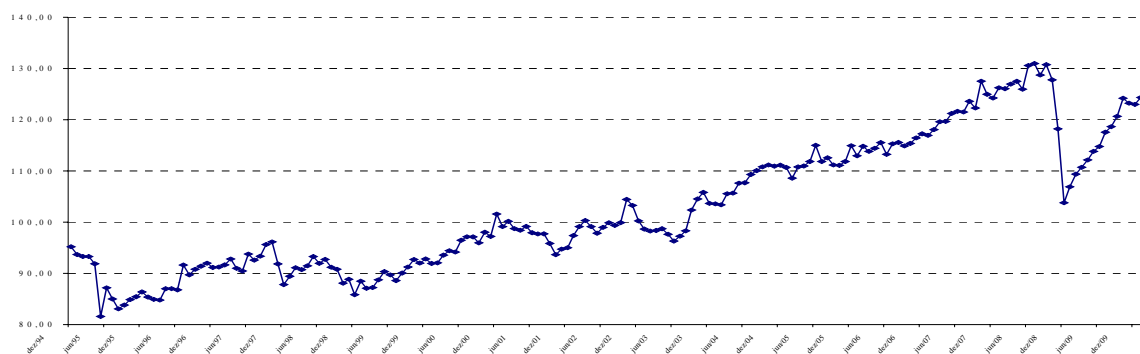
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Dez	114,9	-	-	3,1
2006	Dez	117,3	-	-	2,8
2007	Dez	124,2	-	-	6,0
2008	Dez	103,8	-	-	3,1
2009	Mar	110,7	-12,8	1,2	-1,9
	Abr	112,2	-12,0	1,3	-3,9
	Mai	113,8	-9,6	1,5	-5,0
	Jun	114,8	-12,1	0,8	-6,5
	Jul	117,6	-10,2	2,4	-8,1
	Ago	118,7	-7,8	0,9	-8,8
	Set	120,7	-7,7	1,7	-10,2
	Out	124,2	-2,8	2,9	-10,6
	Nov	123,2	4,2	-0,8	-9,7
	Dez	123,0	18,5	-0,2	-7,4
2010	Jan	124,3	16,3	1,1	-5,0
	Fev	126,6	15,7	1,8	-2,6

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

(em %)

	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2008 Média	nd	nd	7,9	8,6	13,5
2009 Média	nd	nd	8,1	9,2	13,8
2009					
Jan	nd	nd	8,2	9,4	12,5
Fev	nd	nd	8,5	10,0	13,5
Mar	nd	nd	9,0	10,5	14,9
Abr	nd	nd	8,9	10,2	15,0
Mai	nd	nd	8,8	10,2	14,8
Jun	nd	nd	8,1	9,0	14,2
Jul	nd	nd	8,0	8,9	14,8
Ago	nd	nd	8,1	9,1	14,2
Set	nd	nd	7,7	8,7	14,1
Out	nd	nd	7,5	8,6	13,2
Nov	nd	nd	7,4	8,1	12,8
Dez	nd	nd	6,8	7,5	11,9
2010					
Jan	nd	nd	7,2	8,0	11,8
Fev	nd	nd	7,4	8,9	12,2

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em fevereiro de 2010, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 7,4%, verificando-se uma alta de 0,2 pontos percentuais (p.p.) em relação a janeiro de 2010. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, ele sofreu queda de 0,9p.p.. Em São Paulo, sofreu alta de 0,9p.p. entre os meses de janeiro (8,0%) e fevereiro de 2010 (8,9%). Quando comparado com fevereiro de 2009, verificou-se queda de 1,1p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego Total em São Paulo sofreu alta de 0,4p.p. entre os meses de janeiro (11,8%) e fevereiro de 2010 (12,2%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 1,3 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

	Ocupados ²		Assalariados ³		
	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴	
2000	Fev	1.609	64,8	1.639	63,1
2001	Fev	1.544	62,1	1.580	60,8
2002	Fev	1.385	55,8	1.463	56,3
2003	Fev	1.268	51,0	1.347	51,9
2004	Fev	1.287	51,8	1.360	52,3
2005	Fev	1.268	51,0	1.346	51,8
2006	Fev	1.291	51,9	1.372	52,8
2007	Fev	1.312	52,8	1.376	53,0
2008	Fev	1.292	52,0	1.357	52,2
2009					
	Fev	1.312	52,8	1.356	52,2
	Mar	1.304	52,5	1.355	52,1
	Abr	1.315	52,9	1.377	53,0
	Mai	1.288	51,8	1.350	52,0
	Jun	1.283	51,7	1.359	52,3
	Jul	1.299	52,3	1.371	52,8
	Ago	1.329	53,5	1.397	53,7
	Set	1.334	53,7	1.389	53,4
	Out	1.312	52,8	1.359	52,3
	Nov	1.288	51,9	1.337	51,4
	Dez	1.318	53,0	1.370	52,7
2010					
	Jan	1.317	53,0	1.388	53,4
	Fev	1.309	52,7	1.372	52,8

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região Metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Exclui os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Exclui os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2007)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	68,9	11.443,6	4,2	83,4
1995	705,6	4,2	71,8	11.743,5	2,6	85,6
1996	844,0	2,2	73,4	11.814,0	0,6	86,1
1997	939,1	3,4	75,8	12.029,6	1,8	87,7
1998	979,3	0,0	75,9	11.854,9	-1,5	86,4
1999	1.065,0	0,3	76,1	11.708,8	-1,2	85,3
2000	1.179,5	4,3	79,3	12.032,9	2,8	87,7
2001	1.302,1	1,3	80,4	12.012,6	-0,2	87,5
2002	1.477,8	2,7	82,5	12.152,3	1,2	88,6
2003	1.699,9	1,1	83,5	12.113,5	-0,3	88,3
2004	1.941,5	5,7	88,2	12.622,0	4,2	92,0
2005	2.147,2	3,2	91,0	12.837,2	1,7	93,6
2006	2.369,8	4,0	94,6	13.162,1	2,5	95,9
2007	2.661,0	5,7	100,0	13.722,2	4,3	100,0
2008*	2.889,7	6,1	-	-	-	-

Fonte: IBGE.

* - Dado preliminar.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2009						2010			12 meses			
															Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		Jan	Fev	Mar
IGP-DI	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	9,1	-1,4	0,0	0,2	-0,3	-0,6	0,1	0,3	0,0	0,1	-0,1	1,0	1,1	0,6	2,3
IGP-M	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	9,8	-1,7	-0,2	-0,1	-0,1	-0,4	-0,4	0,4	0,1	0,1	-0,3	0,6	1,2	0,9	2,0
IPC-DI	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	6,1	3,9	0,5	0,4	0,1	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,2	1,3	0,7	0,9	5,2
IPA-DI	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	9,8	-4,1	-0,1	-0,1	-0,6	-1,2	0,1	0,3	-0,1	0,0	-0,3	1,0	1,4	0,5	0,8
IPA-OG-ag	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	1,7	-3,2	1,4	0,6	0,3	-2,6	0,0	-0,8	-0,3	0,1	-1,2	-0,3	1,5	2,3	0,9
IPA-OG-in	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	13,0	-4,4	-0,6	-0,3	-1,0	-0,7	0,1	0,6	0,0	-0,1	0,0	1,4	1,4	-0,1	0,7
INPC	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	6,5	4,1	0,6	0,6	0,4	0,2	0,1	0,2	0,2	0,4	0,2	0,9	0,7	0,7	5,3
IPCA	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	5,9	4,3	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,4	0,8	0,8	0,5	5,2
IPC-Fipe	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	6,2	3,6	0,3	0,3	0,1	0,3	0,5	0,2	0,3	0,3	0,2	1,3	0,7	0,3	5,0
ICV	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	6,1	4,0	0,3	0,2	0,1	0,5	0,3	0,3	0,5	0,6	0,1	1,7	0,6	0,5	5,8

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) em março de 2010, registrou taxa de 0,5%. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) apresentou inflação de 0,6%, em março, uma queda de 0,5 p.p. em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou taxa de 0,9%, em março, alta de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou queda de 0,3 p.p., observando taxa de 0,5% no mês de março. O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registrou estabilidade entre os meses de fevereiro e março, taxa de 0,7%.

Em março, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou inflação, taxa de 0,5%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	680,1	52,2	896,1	60,6	933,6	54,9	982,0	50,6	1.035,3	48,2	1.112,7	47,0	1.200,8	45,1	1.153,6	38,4	1.345,3	42,9	1.343,9	42,1
1.1 Governo federal e Bacen	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	31,6	560,8	38,0	578,7	34,1	601,5	31,0	664,2	30,9	735,8	31,1	816,7	30,7	728,3	24,2	932,5	29,8	926,8	29,0
1.2 Governos estaduais ²	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	15,6	258,0	17,5	278,0	16,4	306,0	15,8	305,7	14,2	316,9	13,4	324,1	12,2	359,6	12,0	350,3	11,2	351,7	11,0
1.3 Governos municipais	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	2,0	35,0	2,4	38,7	2,3	45,1	2,3	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,9	55,4	1,8	56,1	1,8	57,1	1,8
1.4 Empresas Estatais	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	38,7	3,0	42,3	2,9	38,2	2,3	29,4	1,5	21,0	1,0	13,0	0,6	10,8	0,4	10,4	0,4	6,4	0,2	8,2	0,3
2 Dívida interna líquida	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	551,3	42,3	658,6	44,6	739,0	43,5	825,0	42,5	964,7	44,9	1.138,2	48,0	1.397,4	52,5	1.482,2	49,3	1.633,3	52,1	1.651,0	51,7
2.1 Governo federal e Bacen	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	23,7	363,2	24,6	418,5	24,6	476,4	24,5	617,4	28,8	782,8	33,0	1.031,5	38,8	1.085,0	36,1	1.245,7	39,7	1.260,1	39,5
2.2 Governos estaduais ²	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,8	239,6	16,2	261,6	15,4	290,0	14,9	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,8	343,5	11,4	335,9	10,7	336,3	10,5
2.3 Governos municipais	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,9	32,1	2,2	36,1	2,1	42,4	2,2	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8	52,9	1,8	54,1	1,7	55,1	1,7
2.4 Empresas Estatais	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	26,3	2,0	23,6	1,6	22,9	1,4	16,2	0,8	12,3	0,6	6,0	0,3	4,9	0,2	0,8	0,0	-2,4	-0,1	-0,4	0,0
3. Dívida externa líquida	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	128,7	9,9	237,5	16,1	194,6	11,5	157,0	8,1	70,6	3,3	-25,5	-1,1	-196,6	-7,4	-328,6	-10,9	-287,9	-9,2	-307,2	-9,6
3.1 Governo federal e Bacen ³	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,9	197,6	13,4	160,3	9,4	125,1	6,4	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,1	-356,7	-11,9	-313,2	-10,0	-333,2	-10,4
3.2 Governos estaduais ²	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,9	18,4	1,3	16,4	1,0	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4	16,1	0,5	14,4	0,5	15,4	0,5
3.3 Governos municipais	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1	2,5	0,1	2,0	0,1	2,1	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	12,4	1,0	18,6	1,3	15,3	0,9	13,2	0,7	8,7	0,4	7,0	0,3	5,9	0,2	9,5	0,3	8,8	0,3	8,6	0,3

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB corrente acumulado.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou fevereiro de 2010 em R\$ 1.343,9 bilhões, o que representou 42,1% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldos	% PIB
1. Nominal ²	68,2	7,0	56,3	5,3	39,8	3,4	53,2	3,3	65,3	4,4	87,2	5,1	54,1	2,8	72,6	3,4	83,9	3,5	71,5	2,8	57,2	2,0	104,6	3,4	101,3	3,2
1.1 Governo federal e Bacen ³	45,1	4,6	26,3	2,5	25,0	2,1	25,3	1,9	10,0	0,7	62,2	3,7	27,0	1,4	73,3	3,4	74,5	3,1	59,6	2,3	24,9	0,9	107,4	3,4	97,9	3,1
1.2 Governos estaduais ⁵	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4	29,7	1,0	-3,3	-0,1	1,3	0,0
1.3 Governos municipais	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1	5,5	0,2	1,2	0,0	1,4	0,0
1.4 Empresa/s Estatais	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,7	-0,5	3,8	0,3	-1,9	-0,1	-6,9	-0,4	-6,1	-0,3	-7,2	-0,3	-0,8	0,0	-2,9	-0,1	-0,7	0,0	0,7	0,0
2 Juros nominais ²	68,3	7,0	87,4	8,2	78,0	6,6	86,8	6,7	112,8	7,6	144,1	8,5	128,0	6,6	157,0	7,3	160,7	6,8	161,2	6,2	163,7	5,7	169,1	5,4	172,0	5,4
2.1 Governo federal e Bacen ³	50,1	5,1	49,0	4,6	45,4	3,9	47,3	3,6	41,9	2,8	100,9	5,9	79,4	4,1	129,0	6,0	125,8	5,3	119,0	4,6	96,2	3,3	149,8	4,8	147,5	4,6
2.2 Governos estaduais ⁵	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4	55,6	1,9	14,6	0,5	19,1	0,6
2.3 Governos municipais	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,2	10,1	0,4	4,3	0,1	4,9	0,2
2.4 Empresas Estatais	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,8	0,4	8,7	0,6	2,3	0,1	-2,9	-0,2	1,3	0,1	-1,4	-0,1	-0,5	0,0	1,7	0,1	0,4	0,0	0,5	0,0
3. Primário ⁴	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-47,4	-3,2	-56,8	-3,3	-73,8	-3,8	-84,4	-3,9	-76,8	-3,2	-89,7	-3,5	-106,4	-3,7	-64,5	-2,1	-70,7	-2,2
3.1 Governo federal e Bacen ³	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3	-71,3	-2,5	-42,4	-1,4	-49,6	-1,6
3.2 Governos estaduais ⁵	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0	-25,9	-0,9	-18,0	-0,6	-17,8	-0,6
3.3 Governos municipais	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2	-4,6	-0,2	-3,0	-0,1	-3,5	-0,1
3.4 Empresas Estatais	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,2	-0,9	-4,9	-0,3	-4,3	-0,3	-4,0	-0,2	-7,4	-0,3	-5,8	-0,2	-0,4	0,0	-4,5	-0,2	-1,1	0,0	0,2	0,0

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em fevereiro de 2010, foi de R\$ 101,3 bilhões, o que representou 3,2% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR** – *Imposto Territorial Rural* – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE** – *Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal* – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”, da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM** – *Fundo de Participação dos Municípios* – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação** – *Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação* – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro** – *Imposto sobre Operações Financeiras Ouro* – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS** – *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços* – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério* – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB** – *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação* – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX** – *Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações* – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE** – *Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico* – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2010 até março - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	309.734	0	57.033	266	50	0	2.684	369.767
Alagoas	376.652	0	58.016	2.458	1.313	0	4.794	443.233
Amazonas	252.640	3	59.304	2.948	5.248	0	5.618	325.762
Amapá	308.919	42	61.976	1.189	514	0	2.087	374.727
Bahia	850.723	0	221.363	10.871	25.127	0	22.098	1.130.183
Ceará	664.276	6	106.479	4.764	4.024	0	11.891	791.440
Distrito Federal	62.490	0	20.597	3.158	630	0	6.443	93.318
Espírito Santo	135.809	0	33.076	12.470	23.258	0	7.235	211.848
Goiás	257.412	0	77.585	3.904	7.596	0	16.935	363.432
Maranhão	653.529	0	119.164	4.910	5.040	0	10.343	792.986
Minas Gerais	403.306	0	251.508	37.745	64.420	0	37.646	794.625
Mato Grosso do Sul	120.598	0	32.751	3.611	4.629	0	8.166	169.756
Mato Grosso	208.955	113	54.711	5.677	6.019	0	10.155	285.631
Pará	553.375	151	135.036	12.764	26.562	0	10.341	738.229
Paraíba	433.582	0	84.627	841	869	0	6.172	526.092
Pernambuco	624.738	0	141.504	4.346	2.873	0	11.830	785.290
Piauí	391.255	0	71.758	882	169	0	7.060	471.124
Paraná	261.042	0	141.527	29.491	42.893	0	22.745	497.698
Rio de Janeiro	138.317	4	54.558	17.155	76.810	0	17.275	304.120
Rio Grande do Norte	378.263	0	65.913	1.059	708	0	6.569	452.513
Rondônia	254.922	29	48.011	729	936	0	4.571	309.198
Roraima	224.600	0	42.950	112	32	0	2.298	269.993
Rio Grande do Sul	213.201	0	132.749	29.380	58.119	0	19.439	452.889
Santa Catarina	115.872	0	68.575	10.505	31.213	0	12.421	238.585
Sergipe	376.217	0	54.766	733	242	0	4.020	435.978
São Paulo	90.539	5	219.782	91.090	97.358	0	63.800	562.574
Tocantins	392.940	0	76.297	230	139	0	6.797	476.403
Total	9.053.906	352	2.491.615	293.290	486.792	0	341.436	12.667.391

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2010 até março - R\$ mil)

	Municípios								Total
	FPM	IOF ouro	FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	
Acre	46.913	0	32.239	89	17	18	0	895	80.170
Alagoas	225.564	0	131.176	819	438	94	0	1.598	359.689
Amazonas	140.012	8	68.378	983	1.749	57	0	1.873	213.059
Amapá	33.606	98	24.294	396	171	287	0	696	59.548
Bahia	859.717	0	445.386	3.624	8.376	475	0	7.366	1.324.944
Ceará	494.738	14	298.889	1.588	1.341	109	0	3.964	800.643
Distrito Federal	15.864	0	0	0	210	37	0	0	16.111
Espírito Santo	163.171	0	53.624	4.157	7.753	182	0	2.412	231.299
Goiás	346.131	0	77.398	1.301	2.532	1.057	0	5.645	434.064
Maranhão	394.823	0	326.718	1.637	1.680	375	0	3.448	728.681
Minas Gerais	1.242.611	0	194.579	12.582	21.473	2.210	0	12.549	1.486.003
Mato Grosso do Sul	144.281	0	36.479	1.204	1.543	1.054	0	2.722	187.284
Mato Grosso	175.014	263	45.462	1.892	2.006	1.128	0	3.385	229.150
Pará	345.375	352	284.785	4.255	8.854	666	0	3.447	647.734
Paraíba	306.182	0	117.879	280	290	65	0	2.057	426.754
Pernambuco	476.253	0	191.413	1.449	958	162	0	3.943	674.179
Piauí	251.204	0	133.132	294	56	144	0	2.353	387.183
Paraná	643.052	0	108.955	9.831	14.298	1.322	0	7.582	785.040
Rio de Janeiro	286.855	9	83.214	5.718	25.603	633	0	5.758	407.791
Rio Grande do Norte	238.905	0	88.983	353	236	59	0	2.190	330.725
Rondônia	83.314	67	37.129	243	312	102	0	1.524	122.690
Roraima	29.177	0	20.563	37	11	86	0	766	50.640
Rio Grande do Sul	642.607	0	110.735	9.793	19.373	1.463	0	6.480	790.452
Santa Catarina	367.766	0	66.304	3.502	10.404	256	0	4.140	452.372
Sergipe	137.826	0	74.082	244	81	49	0	1.340	213.621
São Paulo	1.252.619	12	179.492	30.363	32.453	2.672	0	21.267	1.518.878
Tocantins	131.438	0	54.976	77	46	220	0	2.266	189.023
Total	9.475.018	822	3.286.267	96.711	162.264	14.981	0	111.664	13.147.727

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	234,4
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	358,7
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	532,9
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	718,9
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	895,8
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	956,4
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	1.083,6
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.169,5
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	1.057,2
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.114,6
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	1.083,7
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.251,6
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.388,0
2007 Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.520,6
2008 Dez	1.596,8	0,0	1.596,8	1.608,5
2009				
Fev	1.641,4	0,0	1.641,4	1.637,6
Mar	1.665,5	0,0	1.665,5	1.675,7
Abr	1.660,5	0,0	1.660,5	1.670,1
Mai	1.685,7	0,0	1.685,7	1.692,3
Jun	1.733,9	0,0	1.733,9	1.746,3
Jul	1.784,0	0,0	1.784,0	1.808,3
Ago	1.822,6	0,0	1.822,6	1.845,8
Set	1.840,4	0,0	1.840,4	1.859,2
Out	1.860,2	0,0	1.860,2	1.878,3
Nov	1.856,0	0,0	1.856,0	1.872,7
Dez	1.851,9	0,0	1.851,9	1.870,6
2010				
Jan	1.889,6	0,0	1.889,6	1.910,2
Fev	1.894,6	0,0	1.894,6	1.894,6

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ¹	2008 ¹	(US\$ bilhões)	
											2009 ¹	
											Mar	Jun
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	152,3	154,3	161,9	160,3	163,0
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	67,3	67,3	68,7
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	76,0	84,1	94,6	93,0	94,3
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	20,3	38,9	36,4	32,3	36,0
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	20,3	38,9	36,4	32,3	36,0
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	172,6	193,2	198,3	192,7	199,0
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	76,3	70,3	67,4	67,4	68,7
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	96,3	122,9	131,0	125,3	130,3

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

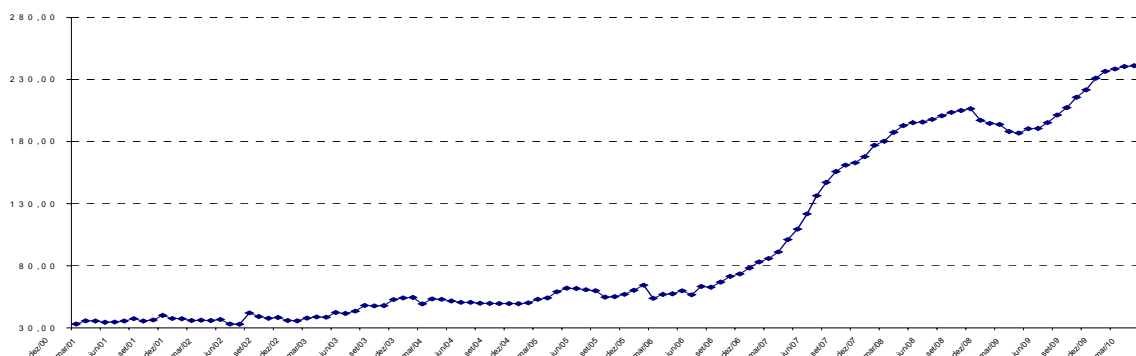
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007 Dez		180,3
2008 Dez		193,8
2009		
	Abr	190,5
	Mai	195,3
	Jun	201,5
	Jul	207,4
	Ago	215,7
	Set	221,6
	Out	231,1
	Nov	236,7
	Dez	238,5
2010		
	Jan	240,5
	Fev	241,1
	Mar	243,8

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	ε
1995	0,97	Nd
1996	1,04	Nd
1997	1,12	Nd
1998	1,21	Nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007	1,77	2,61
2008	2,34	3,24
2009		
Mar	2,32	3,08
Abr	2,18	2,88
Mai	1,97	2,79
Jun	1,95	2,74
Jul	1,87	2,67
Ago	1,89	2,95
Set	1,78	2,60
Out	1,74	2,57
Nov	1,75	2,63
Dez	1,74	2,51
2010		
Jan	1,87	2,60
Fev	1,81	2,47
Mar	1,78	2,41

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em março de 2010 cotação de R\$ 1,78. Com isso, verificou-se queda de 1,7%. em relação ao mês anterior.

Comparando março de 2009 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 23,1%.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006	13.642,6	1,3	16.403,7	1,5	17.318,2	1,6
2007	1.550,7	0,1	17.135,5	1,3	23.599,7	1,8
2008	-28.192,0	-1,7	17.471,7	1,1	35.416,1	2,2
2009						
Jan – Dez	-24.334,4	-26,7	15.999,2	17,5	26.448,6	29,0
Jan	-2.763,4	-3,0	1.962,8	2,2	722,2	0,8
Fev	-612,3	-0,7	1.341,6	1,5	1.166,9	1,3
Mar	-1.557,5	-1,6	1.144,5	1,1	2.028,2	2,0
Abr	89,3	0,1	1.246,2	1,3	1.835,6	1,9
Mai	-1.769,8	-1,5	1.040,7	0,9	2.597,3	2,2
Jun	-573,2	-0,5	1.138,3	0,9	3.063,8	2,5
Jul	-1.638,8	-1,2	2.102,1	1,6	1.752,4	1,3
Ago	-827,6	-0,6	981,7	0,7	2.183,6	1,5
Set	-2.449,3	-1,5	1.091,7	0,6	1.556,1	0,9
Out	-3.014,5	-1,8	1.129,5	0,7	1.991,2	1,2
Nov	-3.270,5	-1,9	857,4	0,5	2.041,5	1,2
Dez	-5.946,8	-3,4	1.962,7	1,1	5.509,8	3,2
2010						
Jan	-3.825,7	-2,6	2.390,0	1,6	890,0	0,6
Fev	-3.251,7	-2,2	955,1	0,6	1.292,2	0,9

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007 Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008 Dez	13,8	197,9	425,6	11,5	173,0	346,2	2,3	25,0
2009								
Jan	9,8	194,4	418,1	10,3	170,9	342,1	-0,5	23,5
Fev	9,6	191,2	411,2	7,8	166,8	333,8	1,8	24,4
Mar	11,8	190,4	409,5	10,1	165,2	330,7	1,8	25,2
Abr	12,3	188,7	405,7	8,6	161,5	323,3	3,7	27,2
Mai	12,0	181,4	390,0	9,3	155,7	311,5	2,6	25,7
Jun	14,5	177,2	381,1	9,9	149,7	299,5	4,6	27,6
Jul	14,1	170,9	367,6	11,2	143,8	287,7	2,9	27,2
Ago	13,8	165,0	354,9	10,8	137,1	274,3	3,1	27,9
Set	13,9	158,9	341,6	12,5	132,4	264,9	1,3	26,5
Out	14,1	154,4	332,1	12,8	127,9	256,0	1,3	26,5
Nov	12,7	152,3	327,6	12,0	126,9	253,9	0,6	25,5
Dez	14,5	153,0	329,0	12,3	127,6	255,4	2,2	25,3
2010								
Jan	11,3	154,5	332,3	11,5	128,8	257,8	-0,2	25,7
Fev	12,2	157,1	337,9	11,8	132,8	265,7	0,4	24,3
Mar	15,7	161,0	346,3	15,1	137,8	275,7	0,7	23,3

Fonte: MDIC/Secex.

1 – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em março de 2010, totalizaram US\$ 15,7 bilhões, alta de 28,9% em relação ao mês anterior.

As importações somaram US\$ 15,1 bilhões, em março de 2010, alta de 27,6% em relação ao mês anterior.

O saldo de março no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 0,7 bilhões.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	(em %)	
			Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
2008	12,3	2,9	12,3	nd
2009				
Abr	0,8	0,8	11,1	10,25
Mai	0,8	0,6	10,2	10,25
Jun	0,8	1,1	9,5	9,25
Jul	0,8	1,4	9,0	8,75
Ago	0,7	0,6	8,7	8,75
Set	0,7	0,4	8,7	8,75
Out	0,7	0,7	8,7	8,75
Nov	0,7	0,6	8,7	8,75
Dez	0,7	0,8	8,6	8,75
2009				
Jan	0,7	-0,3	8,6	8,75
Fev	0,6	-0,5	8,7	8,75
Mar	0,8	0,1	8,7	8,75

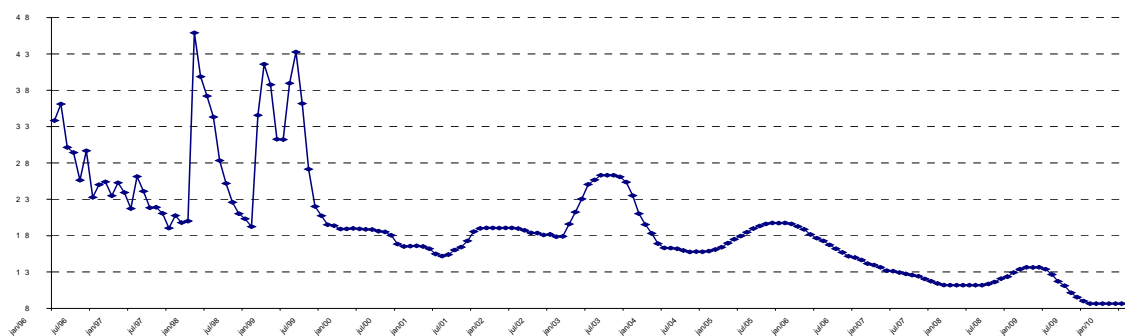
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	46,2	13,5	28,0
2005	43,2	13,8	28,4
2006	41,3	13,9	28,5
2007	36,3	12,8	25,3
2008	37,6	15,3	26,6
2009			
Jan	43,4	18,8	30,5
Fev	41,4	19,0	29,7
Mar	39,9	17,9	28,5
Abr	38,5	18,3	28,2
Mai	37,4	18,7	28,1
Jun	35,8	18,3	27,2
Jul	35,2	17,9	26,8
Ago	34,2	17,8	26,3
Set	33,5	17,7	26,0
Out	33,5	17,7	26,0
Nov	32,2	17,1	25,1
Dez	31,6	16,5	24,3
2010			
Jan	31,9	17,4	25,0
Fev	30,9	16,8	24,3
Mar	29,8	17,1	24,0

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	Nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	Nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	Nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	Nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	Nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	Nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	298,7	479,5	19,2	498,7	24,5
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007 Dez	275,2	642,0	917,1	18,8	936,0	34,7
2008 Dez	356,1	844,0	1.200,1	27,2	1.227,3	41,3
2009						
Jan	357,9	843,8	1.201,7	27,7	1.229,4	40,0
Fev	362,3	838,9	1.201,3	27,8	1.229,1	40,3
Mar	366,7	848,1	1.214,8	28,1	1.242,9	41,0
Abr	370,1	850,4	1.220,5	28,3	1.248,8	41,2
Mai	371,4	861,4	1.232,8	28,4	1.261,3	41,6
Jun	378,0	870,3	1.248,3	28,5	1.276,8	42,2
Jul	407,1	845,8	1.252,9	54,0	1.306,8	43,2
Ago	417,4	854,2	1.271,6	55,6	1.327,3	43,7
Set	426,2	867,3	1.293,5	54,5	1.348,1	44,2
Out	435,2	876,9	1.312,1	55,5	1.367,6	44,8
Nov	442,8	888,8	1.331,5	56,7	1.388,2	45,2
Dez	459,8	895,6	1.355,4	59,0	1.414,4	44,9
2010						
Jan	468,4	894,9	1.363,3	61,4	1.424,6	44,5
Fev	472,3	903,0	1.375,3	60,8	1.436,0	44,1

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.